

# O GOVERNO EXPLICA TRUQUE ORÇAMENTÁRIO

Com medo da Constituinte, a Presidência e a Seplan concentraram as verbas de 88. Mas é só isso?

Apenas dois itens do Orçamento da União para o próximo ano — encargos gerais da União e reserva de contingência, ambos administrados pela Presidência da República e pela Secretaria do Planejamento (Seplan) — concentram Cz\$ 900 bilhões do acréscimo de despesa incluído no texto do projeto de lei aprovado pelo Congresso Nacional. Os recursos resultarão de igual montante do aumento da receita, uma vez que os cálculos foram refeitos a partir de uma revisão da estimativa de inflação — de 60%, no primeiro projeto de lei, para 120%. A explicação é do secretário de Orçamento e Finanças da Seplan, Márcio Reinaldo Dias Moreira, para quem aquele expediente foi a única forma de garantir a aprovação da lei pelo Congresso, em vista do limitado tempo disponível.

Ao invés da concentração das verbas em apenas dois itens diretamente submetidos à Presidência e à Seplan, o normal seria a sua distribuição por todos os itens da despesa orçamentária. Além da questão tempo, disse Moreira, um outro fator pesou para se tomar a decisão: a incerteza quanto ao modelo tributário que surgirá da nova Constituição. O governo preferiu antecipar-se, centralizando recursos para distribuí-los posteriormente, segundo as necessidades. Sugestão nesse sentido, afirma Moreira, foi feita pela Comissão Mista de Orçamento do Congresso.

## Programas sociais

O técnico da Secretaria de Orçamento e Finanças (SOF) negou que a intenção do governo tenha sido a de multiplicar os recursos livremente administrados pela Seplan, especialmente no que diz respeito aos programas sociais. Sobre o item encargos gerais, Moreira disse que à Seplan cabe apenas o papel de supervisionar a alocação dos recursos para outros ministérios.

Aos programas sociais foram destinados Cz\$ 194 bilhões, de um montante de Cz\$ 634,9 bilhões de recursos dos encargos gerais da União. Para os serviços da dívida interna e externa foram previstos

Cz\$ 173 bilhões; para Educação e Cultura, Cz\$ 77 bilhões; desenvolvimento regional, Cz\$ 116,5 bilhões; e para transporte Cz\$ 45,8 bilhões.

Do montante reservado aos programas sociais, Cz\$ 44,2 bilhões destinam-se ao financiamento do programa do leite e Cz\$ 20 bilhões aos diversos programas comunitários da Secretaria de Ação Comunitária (Seac). Os recursos, já previstos, para os demais programas sociais constantes do Programa de Ação Governamental (PAG) serão estabelecidos apenas em 1988, informou Moreira.

## Quem Decidiu

O secretário de Orçamento e Finanças disse que a decisão de centralizar em dois itens os Cz\$ 900 bilhões da reprogramação orçamentária foi da exclusiva responsabilidade da Seplan, que para tanto não consultou o Ministério da Fazenda.

A ampliação, de Cz\$ 20 bilhões para Cz\$ 191 bilhões, dos recursos da reserva de contingência, explicou Moreira, destinou-se a atender os reajustes adicionais da folha salarial dos funcionários federais, acrescida de cerca de Cz\$ 88 bilhões com os recentes reajustes. Mas, segundo ele serão necessárias novas alocações de recursos nesse item para atender às despesas com o novo reajuste, de 41%, que entrará em vigor no próximo mês.

Moreira admitiu que dentre as medidas do pacote econômico em discussão figura uma contenção orçamentária de 20%, que tanto poderá ser linear, afetando todos os itens orçamentários, como parcial, excluindo o serviço da dívida, os dispêndios com pessoal e os recursos para a contrapartida nacional aos empréstimos externos, ou ainda afetando apenas os Cz\$ 634,9 bilhões dos encargos gerais da União.

Essa questão está sendo examinada por um grupo de trabalho instituído no âmbito da Comissão de Coordenação Financeira do Ministério da Fazenda, do qual faz parte um representante da SOF, mas ainda não há uma decisão fechada.